




Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

PROJETO DE LEI Nº ¹¹⁵ DE 2022
(Do Senhor Francisco Limma/PT)

LEI DO NO EXERCÍCIO

Em, 28 / 06 / 2022


1º Secretário

Reconhece como de Utilidade Pública o
Instituto THE HUB.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública o Instituto THE HUB, inscrito no CNJP sob no 42.416.553/0001-70, situada à Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2060 – Jóquei – Teresina, Piauí, CEP 64.048-180, entidade que tem como finalidade participar do debate intelectual-ideológico sobre a vida econômica, educacional e científico-tecnológica da sociedade piauiense e brasileira, contribuindo para desenvolvimento de um ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo e formar pessoas que possam fortalecer o ecossistema e o mercado de inovação, tecnologia e empreendedorismo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Teresina (PI), 27 de junho de 2022.


Dep. Francisco Limma
PT



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

JUSTIFICATIVA

O Instituto THE HUB é uma entidade Civil, fundado em 2020 que desenvolve ações na área de ensino, oferecendo cursos livres, cursos de capacitação e treinamentos profissionais, que guardem afinidade com seus objetivos, promove ações de sensibilização dos governos para a necessidade de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento da inovação na Administração Pública prestando serviço de assessoria, consultoria e mentoria em projetos de inovação, tecnologia e desenvolvimento de negócios;

O instituto realiza e apóia feiras, fóruns e demais eventos que tenham como tema inovação, tecnologia, empreendedorismo e gestão; cedendo, onerosamente ou não, espaço físico para instalação de empresas, negócios ou empreendedores que tenham relação com seus objetivos e finalidades além de produzir publicações com temas que guardem afinidade com seus objetivos.

Diante da relevância da proposição, solicita-se o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.


THE HUB

Uma interface de conexão.



ESTATUTO DO INSTITUTO THE HUB

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º O INSTITUTO THE HUB, Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), também designado pela sigla **THE HUB**, constituído em dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2060, Bairro Ininga, CEP 64.048-180, em Teresina, Piauí.

CAPÍTULO II – DA FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - O Instituto THE HUB tem como valores-referência de sua atuação:

- a) Conexão;
- b) Ética;
- c) Educação;
- d) Compartilhamento;
- e) Resultado;

Art. - 3º - Constituem objetivos fundamentais do THE HUB:

- I - Realizar pesquisa na área da ciência e tecnologia;
- II - Fomentar, apoiar ou participar diretamente do desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;
- III - Desenvolver o ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo;
- IV - Promover a interação, o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de soluções entre empresas, empreendedores, governos, entidades públicas e instituições de ensino;
- V - Participar do debate intelectual-ideológico sobre a vida econômica, educacional e científico-tecnológica da sociedade piauiense e brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo;
- VI - Formar pessoas que possam fortalecer o ecossistema e o mercado de inovação, tecnologia e empreendedorismo;

CAPÍTULO III – DAS ATIVIDADES

Art. 4º Para a consecução de suas finalidades o THE HUB poderá:



THE HUB

Uma interface de conexão.



- I – Desenvolver por iniciativa própria ou em parceria com instituições públicas ou privadas, ações na área de ensino, oferecendo cursos livres, cursos de capacitação e treinamentos profissionais, que guardem afinidade com seus objetivos;
 - II – Promover ações de sensibilização dos governos para a necessidade de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento da inovação na Administração Pública;
 - III – Prestar serviço de assessoria, consultoria e mentoria em projetos de inovação, tecnologia e desenvolvimento de negócios;
 - IV – Realizar ou apoiar feiras, fóruns e demais eventos que tenham como tema inovação, tecnologia, empreendedorismo e gestão;
 - V – Ceder, onerosamente ou não, espaço físico para instalação de empresas, negócios ou empreendedores que tenham relação com seus objetivos e finalidades;
 - VI – Produzir publicações com temas que guardem afinidade com seus objetivos;
- §1º – O THE HUB poderá celebrar convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, de modo a possibilitar o desenvolvimento de seus objetivos e finalidades;

CAPÍTULO IV – DO QUADRO SOCIAL E DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 5º – O THE HUB será composto por sócios fundadores e colaboradores;

§1º – São Sócios Fundadores os signatários da Ata de Constituição ou que a ela venham a aderir, com a anuência da Assembleia Geral, com os seguintes direitos e deveres:

I – Direitos:

- a) Voz e voto nas Assembleias Gerais;
- b) Votar e ser votado para o Conselho Diretor e para o Conselho Fiscal;
- c) Propor ações a serem desenvolvidas pelo Instituto, inclusive com sua participação técnica ou profissional;
- d) Desconto de 20% nas taxas relativas às atividades promovidas pelo Instituto;

II – Deveres:

- a) Contribuir para a manutenção do Instituto na periodicidade e nos valores estabelecidos pela Assembleia Geral;
- b) Contribuir com um percentual definido pela Assembleia Geral, da remuneração a que fizer jus por atividades realizadas sob a responsabilidade do Instituto;

§2º – São Sócios Colaboradores os que, ao solicitarem sua admissão à Assembleia Geral, manifestam, por escrito, que não pretendem participar da Assembleia Geral, nem exercer cargos no Conselho Diretor e no Conselho Fiscal, mantendo os seguintes direitos e deveres:

I – Direitos:



THE HUB

Uma interface de conexão.



a) Propor ações a serem desenvolvidas pelo Instituto, inclusive com sua participação técnica ou profissional;

b) Desconto de 20% nas taxas relativas às atividades promovidas pelo Instituto;

II – Deveres:

a) Contribuir para a manutenção do Instituto na periodicidade e nos valores estabelecidos pela Assembleia Geral;

b) Contribuir com um percentual definido pela Assembleia Geral, da remuneração a que fizer jus por atividades realizadas sob a responsabilidade do Instituto;

§3º – Poderão ser admitidos como sócios qualquer pessoa que apresente pedido por escrito, endossado por pelo menos dois sócios, aprovado por maioria simples da Assembleia no caso de sócios colaboradores e maioria absoluta no caso de sócio fundador;

§4º – Os sócios poderão solicitar sua demissão quando assim julgarem conveniente em pedido escrito dirigido ao conselho diretor;

§5º – Poderão ser excluídos os sócios que permanecerem inadimplentes com obrigações financeiras por mais de 3 meses ou os que agirem contra as finalidades e objetivos da Associação;

§6º – O processo de exclusão iniciar-se-á por decisão unânime da diretoria e o associado será pessoalmente intimado por escrito para que apresente defesa no prazo de 15 dias sob pena de confissão;

§7º – O Conselho Diretor decidirá sobre a exclusão por maioria simples de seus componentes e de sua decisão cabe recurso escrito dirigido à Assembleia Geral no prazo de 15 dias, onde a decisão será tomada por maioria simples dos associados presentes em sessão de cuja pauta conste a proposta de exclusão e dessa decisão não caberá recurso;

§8º – A Assembleia Geral, por unanimidade, poderá escolher, sem limite de número, dentre os sócios fundadores ou pessoas de destaque na sociedade nas áreas de atuação do Instituto, os Conselheiros ou Conselheiras, que terão direito a voz mas não a voto, nas reuniões do Conselho Diretor;

Art. 6º – O THE HUB, organizará uma rede de apoiadores, sem vínculo jurídico com o Instituto, que contribuam de maneira continuada para a sua manutenção e apoiam suas atividades

Art. 7º – A Assembleia Geral é o órgão de deliberação superior do Instituto, sendo constituída pelos seus Sócios Efetivos

Art. 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no quarto e no primeiro mês de cada ano:

I – Na reunião do quarto mês, para:



- a) Analisar e votar a prestação de contas e o relatório anual do Conselho Diretor;
- b) Eleger os membros do Conselho Diretor a cada quatro anos e, quando for o caso, escolher seus substitutos;
- c) Admitir novos sócios;
- d) Deliberar sobre assuntos específicos constantes no ato de sua convocação;

II – Na reunião do décimo primeiro mês para:

- a) Aprovar as diretrizes do trabalho para o ano seguinte;
- b) Aprovar o orçamento anual do ano seguinte;
- c) Eleger substitutos de membros do Conselho Diretor, quando for o caso;
- d) Admitir novos sócios;
- e) Deliberar sobre assuntos específicos, constantes no ato de sua convocação;

Art. 9º – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho Diretor, mediante comunicação escrita e dirigida a todos os sócios efetivos, assim como aos sócios colaboradores, expedida com antecedência mínima de cinco dias. A convocação indicará o dia, a hora, o local em que se realizará a reunião e apresentará a ordem do dia.

§1º – A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros com direito a voto; e, em segunda convocação, que poderá ser feita no mesmo dia, pelo menos uma hora após a primeira com qualquer número.

§2º – A Assembleia Geral deliberará por maioria de votos dos sócios efetivos presentes, exceto nas matérias que exijam quórum qualificado neste Estatuto.

Art. 10º – Por convocação do Presidente do Conselho Diretor ou por 1/3 dos sócios efetivos, a Assembleia Geral poderá reunir-se extraordinariamente, em qualquer data, obedecendo-se quanto a forma de convocação e ao quórum de instalação, o disposto no artigo superior.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º – São órgãos de gestão do Instituto:

I – Conselho Diretor;

II – Conselho Fiscal;

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal terão o mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos para o mesmo cargo;

Art. 12º – O Conselho Diretor será constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, Pelo Secretário e pelo Tesoureiro;

Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá criar novos cargos que comporão o Conselho Diretor sempre que achar necessário;



THE HUB

Uma interface de conexão.



Art. 13º – Compete ao Conselho Diretor:

- I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações da Assembleia Geral;
- II – Coordenar o funcionamento geral do Instituto, monitorar as ações dos setores administrativo e financeiro e supervisionar as atividades e serviços técnicos;
- III – Tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal sobre os balancetes anuais apresentados pelo Tesoureiro, decidindo sobre as medidas que eventualmente sejam solicitadas pelo Conselho;
- IV – Decidir sobre a contratação de pessoas;
- V – Decidir sobre os casos omissos nesse Estatuto, dando conhecimento dessas deliberações, para ratificação, à primeira reunião da Assembleia Geral que se lhes seguir;


Art. 14º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente;

§1º - A convocação dessa reunião será por escrito, com antecedência mínima de dois dias, indicando o local e horário de sua realização;

§2º - As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo recurso à Assembleia Geral;

Art. 15º – Compete ao Presidente:

- I – Representar, ativa e passivamente, o Instituto, em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, e constituir mandatários e procuradores;
- II – Manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios;
- III – Assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordo com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos do Instituto;
- IV – Assinar juntamente com o tesoureiro, cheques e documentos relativos à Administração financeira e contábil;
- V – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- VI – Decidir, ouvido o Conselho Diretor, sobre a divulgação dos resultados de estudos realizados pelo Instituto e sobre a comercialização ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiro;
- VII – Representar ou designar representantes do Instituto para eventos públicos;
- VIII – Coordenar as atividades e eventos realizados pelo Instituto articulando-se com parceiros que participem da organização dos mesmos;



THE HUB

Uma interface de conexão.



IX – Coordenar a utilização do espaço por empresas e empreendedores, seja de forma permanente seja de forma eventual;

Art. 16º – Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em suas ausências ou afastamentos temporários;
- II- Colaborar com o Presidente na execução de suas atribuições;
- III- Assumir, pelo prazo definido, atribuições do presidente, quando lhe forem delegadas, por escrito, pelo mesmo;

Parágrafo Único – Em caso de afastamento definitivo do Presidente, o novo Presidente deverá ser escolhido no prazo de trinta dias.

Art. 17º – Compete ao Secretário:

- I – Coordenar a administração do Instituto, em especial, a gestão da sede, de pessoal, do mobiliário, e materiais e da infraestrutura (veículos e equipamentos);
- II – Manter sob sua guarda a documentação escrita ou digitalizada do instituto;
- III – Supervisionar o controle da presença dos sócios e redigir e arquivar as atas do Conselho Diretor e da Assembleia Geral;
- IV – Coordenar o recebimento, a redação e a expedição da correspondência;
- V – Supervisionar e auxiliar na elaboração do relatório anual de atividades, articulando-se com os sócios e com a comunidade no que se refere ao relatório de projetos e eventos específicos;

Art. 18º - Compete ao Tesoureiro:

- I – Coordenar e controlar as receitas, despesas, e aplicações financeiras do Instituto;
 - II – Assinar, juntamente com o Presidente, documentos relativos à sua área de atuação;
 - III – movimentar contas bancárias, assinado cheques e recibos, juntamente com o presidente;
 - IV – Coordenar a elaboração dos balancetes trimestrais, encaminhando-os ao Conselho Fiscal;
 - V – Supervisionar e fiscalizar a contabilidade do Instituto;
 - VI – Supervisionar e homologar a prestação de contas convênios, contratos ou projetos executados pelo Instituto;
 - VII – Coordenar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e administração do instituto para aprovação pela Assembleia Geral;
 - VIII – Coordenar a elaboração da prestação de contas anual e do balanço geral do instituto e submetê-lo ao Conselho Fiscal, 30 dias antes da Assembleia Geral
- Art. 19º – O Conselho Fiscal será composto por três membros com mandatos de quatro anos.



THE HUB

Uma interface de conexão.



§1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios efetivos;

§2º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente;

Art. 20º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar a gestão econômico-financeira do Instituto;

II – Examinar os balancetes e indicar ao Conselho Diretor questões que, porventura, precisem ser sanadas;

III – examinar as contas, documentos e o balanço anual e emitir parecer que será encaminhado à Assembleia Geral;

§1º - A prestação de contas e o balanço anual serão remetidos ao Conselho Fiscal, que se manifestará no prazo de trinta dias.

Art. 21º - Não serão remunerados, por qualquer forma, os cargos do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal; e não se distribuem lucros, bonificações ou vantagens a dirigente, conselheiros e sócios, exceto a remuneração por atividades incluídas na programação do Instituto, aos sócios que não participam da Administração;

§1º - Os dirigentes e sócios que participam de atividades incluídas na programação do Instituto, terão direito a receber valores necessários para cobrir despesas referentes a diárias, passagens e o outras reembolsáveis, quando a serviço do Instituto e cujos limites de valores serão fixados pelo Conselho Diretor, devendo as despesas ser comprovadas em prazo não superior a quinze dias após a sua realização.

§2º - A não comprovação das despesas realizadas impede o responsável de receber valores para cobrir as despesas de novas atividades.

Art. 22º - O Conselho Diretor não poderá assumir, em nome do Instituto, obrigações estranhas às finalidades e objetivos da entidade, inclusive em matéria de finanças, avais ou quaisquer outras garantias a favor.

Paragrafo único – É terminantemente defeso a todos e a cada um dos membros do Conselho Diretor, o uso do nome do Instituto em negócios estranhos aos objetivos da Entidades.

CAPÍTULO VI – DOS COORDENADORES E DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 23º - O Conselho Diretor poderá nomear Coordenadores para coordenar a realização de atividades e eventos desenvolvidos pelo Instituto;

§1º - Os Coordenadores responderão ao Presidente informando-o sobre o andamento das atividades que estiverem sob sua responsabilidade e dirigindo a eles as solicitações e autorizações que considerarem necessárias;

THE HUB

Uma interface de conexão.



§2º - Os Coordenadores poderão receber remuneração pela atividade, a ser definida pelo Conselho Diretor;

Art. 24º - O sócio poderá propor a criação de Grupo Temático com a responsabilidade de planejar, implementar e avaliar as atividades relativas a um tema específico, que guarde relação com os valores e os objetivos do Instituto;

§1º - Os Grupos Temáticos serão responsáveis pelos seminários, cursos, grupos de estudos, estudos e pesquisas, publicações, assessorias, presença na mídia e nas redes sociais;

§2º - O Grupo Temático poderá ser integrado por quem não seja sócio mas sua criação e coordenação é de responsabilidade exclusiva dos sócios;

§3º - O pedido de criação do Grupo Temático será dirigido ao Presidente e avaliado pelo Conselho Diretor, contendo, pelo menos:

I - O nome do(s) sócio(s) solicitante;

II - O tema a ser trabalhado;

III - O nome e as informações pessoais e profissionais dos integrantes que não sejam sócios, de modo a demonstrar a afinidade e autoridade com o tem a ser trabalhado no Grupo;

IV - Atividades a serem desenvolvidas e os objetivos que se pretende alcançar;

V - Demais informações que o requisitante considerar necessárias;

§4º - O Conselho Diretor poderá solicitar mais informações que julgar necessárias antes de decidir o pedido;

CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DO ORÇAMENTO

Art. 25º - O patrimônio do Instituto será constituído:

I - Pelos bens móveis e imóveis e pelos direitos que venham a ser adquiridos;

II - Por contribuições periódicas dos sócios efetivos, colaboradores, apoiadores e beneméritos;

III - por doações, legados, auxílios e subvenções recebidos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV - Pelas receitas provenientes das atividades que desenvolver;

V - Pelas receitas provenientes de acordos, convênios e contratos;

Art. 26º - No final de cada exercício financeiro, que coincidirá com o ano civil, proceder-se-á ao inventário e balanço geral do Instituto;

Art. 27º - Os bens e direitos do Instituto somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos neste Estatuto, no custeio de suas despesas técnicas e

THE HUB

Uma interface de conexão.



administrativas, assim como na preservação e ampliação do seu patrimônio, vedada qualquer outra destinação;

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28º - Os sócios, os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, não respondem, mesmo que subsidiariamente, pelas obrigações do Instituto;

Art. 29º - Para alterar este Estatuto será necessário que a reforma:

I – Seja aprovada pela maioria absoluta dos sócios em Assembleia Geral;

II – Não exclua nenhuma das finalidades do Instituto definidas no art. 3º;

Art. 30º - A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexecutíveis a juízo da maioria dos associados.

Paragrafo único – Em caso de dissolução ou extinção o patrimônio do Instituto será revertido para outra entidade de natureza e finalidade semelhantes, a critério da Assembleia Geral e mediante decisão tomada por maioria absoluta de seus membros;

Art. 31º - As dúvidas e omissões do presente Estatuto serão resolvidas pelo Conselho Diretor, dentro do espírito das normas nele contida e dos preceitos da Lei aplicável;

Art. 32º - Este Estatuto entra em vigor na data do seu registro em cartório civil de pessoas jurídicas.

2º OFÍCIO

Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira

CPF. 001.980.413-06

Presidente

Luis Felipe da Costa Silva
Escrivente

Luis Felipe da Costa Silva - Escrevente Autorizado

Enrol. RJ 164.46 PERMOJUM, RJ 31.50 8m. RJ 0.52 NP RJ 3.10 Total: RJ 191.88

Avenida Nossa Senhora de Fátima, 2060, Ininga,
Teresina, Piauí CEP: 64048-180

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE PEDRO
ÂNGELO VERAS E SILVA FERREIRA, EM TERMO DA
EMEND. DOUPE, Teresina, 02/04/2021, 13:04, DA
SELO ACF18217, NOME CONSULTA EM
www.tjpi.jus.br/portalexta





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.416.553/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/06/2021
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO THE HUB		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV NOSSA SENHORA DE FATIMA	NÚMERO 2060	COMPLEMENTO *****
CEP 64.048-180	BAIRRO/DISTRITO JOQUEI	MUNICÍPIO TERESINA
UF PI	ENDEREÇO ELETRÔNICO PEDROVERASFERREIRA@GMAIL.COM	
TELEFONE (86) 9954-1551		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/06/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/04/2022** às **10:45:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA 1ª DIRETORIA DO INSTITUTO THE HUB

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2060, Bairro Ininga, em Teresina, Piauí, foi aberta a Assembleia Geral de Fundação do Instituto THE Hub, conforme edital de convocação publicado no Jornal O Dia dos dias oito e nove de fevereiro de dois mil e vinte, página oito, com a seguinte pauta: 1-Constituição da Associação; 2-Aprovação do Estatuto Social; 3-Eleição dos Membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. A Assembleia foi coordenada pelo Sr. Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira e secretariada pelo Sr. Floro Mauel Almeida Probo, que procedeu a leitura do Edital de Convocação e o Coordenador encaminhou a pauta: 1 – após as explicações prestadas pelo coordenador, em especial informando aos presentes que a Associação nasce da ideia e do trabalho de Livia de Oliveira Saraiva, que vem, ao longo dos últimos anos, mobilizando a comunidade de inovação e tecnologia de Teresina participando e promovendo ações de integração e fomento de empresas e pessoas dessas áreas, foi aprovada por unanimidade a constituição do Instituto THE HUB, que funcionará na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2060, Bairro Ininga, em Teresina, Piauí. 2 – Após leitura, discussão e alterações foi aprovada por unanimidade o Estatuto Social do Instituto THE HUB com o conteúdo transcrito a seguir: **ESTATUTO DO INSTITUTO THE HUB - CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, SEDE E FORO.** Art. 1º. O INSTITUTO THE HUB, Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), também designado pela sigla THE HUB, constituído em dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2060, Bairro Ininga, em Teresina, Piauí. **CAPÍTULO II – DA FINALIDADES E OBJETIVOS.** Art. 2º. - O Instituto THE HUB tem como valores-referência de sua atuação: a) Conexão; b) Ética; c) Educação; d) Compartilhamento; e) Resultado; Art. - 3º - Constituem objetivos fundamentais do THE HUB: I - Realizar pesquisa na área da ciência e tecnologia; II - Fomentar, apoiar ou participar diretamente do desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos; III - Desenvolver o ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo; IV - Promover a interação, o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de soluções entre empresas, empreendedores, governos, entidades públicas e instituições de ensino; V – Participar do debate intelectual-ideológico sobre a vida econômica, educacional e científico-tecnológica da sociedade piauiense e brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo; VI – Formar pessoas que possam fortalecer o ecossistema e o mercado de inovação, tecnologia e empreendedorismo; **CAPÍTULO III – DAS ATIVIDADES** Art. 4º. Para a consecução de suas finalidades o THE HUB poderá: I – Desenvolver por iniciativa própria ou em parceria com instituições públicas ou privadas, ações na área de ensino, oferecendo cursos livres, cursos de capacitação e treinamentos profissionais, que guardem afinidade com seus objetivos; II – Promover ações de sensibilização dos governos para a necessidade de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento da inovação na Administração Pública; III – Prestar serviço de assessoria, consultoria e mentoria em projetos de inovação, tecnologia e desenvolvimento de

negócios; IV - Realizar ou apoiar feiras, fóruns e demais eventos que tenham como tema inovação, tecnologia, empreendedorismo e gestão; V - Ceder, onerosamente ou não, espaço físico para instalação de empresas, negócios ou empreendedores que tenham relação com seus objetivos e finalidades; VI - Produzir publicações com temas que guardem afinidade com seus objetivos; §1º - O THE HUB poderá celebrar convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, de modo a possibilitar o desenvolvimento de seus objetivos e finalidades; **CAPÍTULO IV - DO QUADRO SOCIAL E DA ASSEMBLEIA GERAL** Art. 5º. - O THE HUB será composto por sócios fundadores e colaboradores; §1º. - São Sócios Fundadores os signatários da Ata de Constituição ou que a ela venham a aderir, com a anuência da Assembleia Geral, com os seguintes direitos e deveres: I - Direitos: a)Voz e voto nas Assembleias Gerais; b)Votar e ser votado para o Conselho Diretor e para o Conselho Fiscal; c)Propor ações a serem desenvolvidas pelo Instituto, inclusive com sua participação técnica ou profissional; d)Desconto de 20% nas taxas relativas às atividades promovidas pelo Instituto; II - Deveres: a)Contribuir para a manutenção do Instituto na periodicidade e nos valores estabelecidos pela Assembleia Geral; b) Contribuir com um percentual definido pela Assembleia Geral, da remuneração a que fizer jus por atividades realizadas sob a responsabilidade do Instituto; §2º. - São Sócios Colaboradores os que, ao solicitarem sua admissão à Assembleia Geral, manifestam, por escrito, que não pretendem participar da Assembleia Geral, nem exercer cargos no Conselho Diretor e no Conselho Fiscal, mantendo os seguintes direitos e deveres: I - Direitos: a) Propor ações a serem desenvolvidas pelo Instituto, inclusive com sua participação técnica ou profissional; b) Desconto de 20% nas taxas relativas às atividades promovidas pelo Instituto; II - Deveres: a) Contribuir para a manutenção do Instituto na periodicidade e nos valores estabelecidos pela Assembleia Geral; b) Contribuir com um percentual definido pela Assembleia Geral, da remuneração a que fizer jus por atividades realizadas sob a responsabilidade do Instituto; §3º - Poderão ser admitidos como sócios qualquer pessoa que apresente pedido por escrito, endossado por pelo menos dois sócios, aprovado por maioria simples da Assembleia no caso de sócios colaboradores e maioria absoluta no caso de sócio fundador; §4º - Os sócios poderão solicitar sua demissão quando assim julgarem conveniente em pedido escrito dirigido ao conselho diretor; §5º - Poderão ser excluídos os sócios que permanecerem inadimplentes com obrigações financeiras por mais de 3 meses ou os que agirem contra as finalidades e objetivos da Associação; §6º - O processo de exclusão iniciar-se-á por decisão unânime da diretoria e o associado será pessoalmente intimado por escrito para que apresente defesa no prazo de 15 dias sob pena de confissão; §7º - O Conselho Diretor decidirá sobre a exclusão por maioria simples de seus componentes e de sua decisão cabe recurso escrito dirigido à Assembleia Geral no prazo de 15 dias, onde a decisão será tomada por maioria simples dos associados presentes em sessão de cuja pauta conste a proposta de exclusão e dessa decisão não caberá recurso; §8º - A Assembleia Geral, por unanimidade, poderá escolher, sem limite de número, dentre os sócios fundadores ou pessoas de destaque na sociedade nas áreas de atuação do Instituto, os Conselheiros ou Conselheiras, que terão direito a voz mas não a voto, nas reuniões do Conselho Diretor; Art. 6º. - O THE HUB, organizará uma rede de apoiadores, sem vínculo jurídico com o Instituto, que contribuam de maneira continuada para a sua manutenção e apoiem suas atividades Art. 7º - A Assembleia Geral é o órgão de deliberação superior do Instituto, sendo

constituída pelos seus Sócios Efetivos; Art. 8º. – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no quarto e no primeiro mês de cada ano: I – Na reunião do quarto mês, para: a) Analisar e votar a prestação de contas e o relatório anual do Conselho Diretor; b) Eleger os membros do Conselho Diretor a cada quatro anos e, quando for o caso, escolher seus substitutos; c) Admitir novos sócios; d) Deliberar sobre assuntos específicos constantes no ato de sua convocação; II – Na reunião do décimo primeiro mês para: a) Aprovar as diretrizes do trabalho para o ano seguinte; b) Aprovar o orçamento anual do ano seguinte; c) Eleger substitutos de membros do Conselho Diretor, quando for o caso; d) Admitir novos sócios; e) Deliberar sobre assuntos específicos, constantes no ato de sua convocação; Art. 9º. – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho Diretor, mediante comunicação escrita e dirigida a todos os sócios efetivos, assim como aos sócios colaboradores, expedida com antecedência mínima de dez dias. A convocação indicará o dia, a hora, o local em que se realizará a reunião e apresentará a ordem do dia. §1º - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros com direito a voto; e, em segunda convocação, que poderá ser feita no mesmo dia, pelo menos uma hora após a primeira com qualquer número. §2º. – A Assembleia Geral deliberará por maioria de votos dos sócios efetivos presentes, exceto nas matérias que exijam quórum qualificado neste Estatuto. Art. 10º. – Por convocação do Presidente do Conselho Diretor ou por 1/3 dos sócios efetivos, a Assembleia Geral poderá reunir-se extraordinariamente, em qualquer data, obedecendo-se quanto a forma de convocação e ao quórum de instalação, o disposto no artigo superior. **CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO** Art. 11º. – São órgãos de gestão do Instituto: I – Conselho Diretor; II – Conselho Fiscal; Parágrafo Único – Os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal terão o mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos para o mesmo cargo; Art. 12º. – O Conselho Diretor será constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelo Secretário e pelo Tesoureiro; Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá criar novos cargos que comporão o Conselho Diretor sempre que achar necessário; Art. 13º. – Compete ao Conselho Diretor: I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações da Assembleia Geral; II – Coordenar o funcionamento geral do Instituto, monitorar as ações dos setores administrativo e financeiro e supervisionar as atividades e serviços técnicos; III – Tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal sobre os balancetes anuais apresentados pelo Tesoureiro, decidindo sobre as medidas que eventualmente sejam solicitadas pelo Conselho; IV – Decidir sobre a contratação de pessoas; V – Decidir sobre os casos omissos nesse Estatuto, dando conhecimento dessas deliberações, para ratificação, à primeira reunião da Assembleia Geral que se lhes seguir; Art. 14º. – O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente; §1º. – A convocação dessa reunião será por escrito, com antecedência mínima de dois dias, indicando o local e horário de sua realização; §2º. – As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo recurso à Assembleia Geral; Art. 15º. – Compete ao Presidente: I – Representar, ativa e passivamente, o Instituto, em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, e constituir mandatários e procuradores; II – Manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios; III – Assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordo

com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos do Instituto; IV – Assinar juntamente com o tesoureiro, cheques e documentos relativos à Administração financeira e contábil; V – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor; VI – Decidir, ouvido o Conselho Diretor, sobre a divulgação dos resultados de estudos realizados pelo Instituto e sobre a comercialização ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiro; VII – Representar ou designar representantes do Instituto para eventos públicos; VIII – Coordenar as atividades e eventos realizados pelo Instituto articulando-se com parceiros que participem da organização dos mesmos; IX – Coordenar a utilização do espaço por empresas e empreendedores, seja de forma permanente seja de forma eventual; Art. 16º. – Compete ao Vice-Presidente: I- Substituir o Presidente em suas ausências ou afastamentos temporários; II - Colaborar com o Presidente na execução de suas atribuições; III - Assumir, pelo prazo definido, atribuições do presidente, quando lhe forem delegadas, por escrito, pelo mesmo; Parágrafo Único – Em caso de afastamento definitivo do Presidente, o novo Presidente deverá ser escolhido no prazo de trinta dias. Art. 17º. – Compete ao Secretário: I – Coordenar a administração do Instituto, em especial, a gestão da sede, de pessoal, do mobiliário, e materiais e da infraestrutura (veículos e equipamentos); II – Manter sob sua guarda a documentação escrita ou digitalizada do instituto; III – Supervisionar o controle da presença dos sócios e redigir e arquivar as atas do Conselho Diretor e da Assembleia Geral; IV – Coordenar o recebimento, a redação e a expedição da correspondência; V – Supervisionar e auxiliar na elaboração do relatório anual de atividades, articulando-se com os sócios e com a comunidade no que se refere ao relatório de projetos e eventos específicos; Art. 18º - Compete ao Tesoureiro: I – Coordenar e controlar as receitas, despesas, e aplicações financeiras do Instituto; II – Assinar, juntamente com o Presidente, documentos relativos à sua área de atuação; III – movimentar contas bancárias, assinado cheques e recibos, juntamente com o presidente; IV – Coordenar a elaboração dos balancetes trimestrais, encaminhando-os ao Conselho Fiscal; V – Supervisionar e fiscalizar a contabilidade do Instituto; VI – Supervisionar e homologar a prestação de contas convênios, contratos ou projetos executados pelo Instituto; VII – Coordenar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e administração do instituto para aprovação pela Assembleia Geral; VIII – Coordenar a elaboração da prestação de contas anual e do balanço geral do instituto e submetê-lo ao Conselho Fiscal, 30 dias antes da Assembleia Geral Art. 19º - O Conselho Fiscal será composto por três membros com mandatos de quatro anos. §1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios efetivos; §2º - Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente; Art. 20º - Compete ao Conselho Fiscal: I – Fiscalizar a gestão econômico-financeira do Instituto; II – Examinar os balancetes e indicar ao Conselho Diretor questões que, porventura, precisem ser sanadas; III – examinar as contas, documentos e o balanço anual e emitir parecer que será encaminhado à Assembleia Geral; §1º - A prestação de contas e o balanço anual serão remetidos ao Conselho Fiscal, que se manifestará no prazo de trinta dias; Art. 21º - Não serão remunerados, por qualquer forma, os cargos do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal; e não se distribuem lucros, bonificações ou vantagens a dirigente, conselheiros e sócios, exceto a remuneração por atividades incluídas na programação do Instituto, aos sócios que não participam da Administração; §1º - Os dirigentes e sócios que participam de

atividades incluídas na programação do Instituto, terão direito a receber valores necessários para cobrir despesas referentes a diárias, passagens e o outras reembolsáveis, quando a serviço do Instituto e cujos limites de valores serão fixados pelo Conselho Diretor, devendo as despesas ser comprovadas em prazo não superior a quinze dias após a sua realização. §2º - A não comprovação das despesas realizadas impede o responsável de receber valores para cobrir as despesas de novas atividades. Art. 22º - O Conselho Diretor não poderá assumir, em nome do Instituto, obrigações estranhas às finalidades e objetivos da entidade, inclusive em matéria de finanças, avais ou quaisquer outras garantias a favor. Paragrafo único - É terminantemente defeso a todos e a cada um dos membros do Conselho Diretor, o uso do nome do Instituto em negócios estranhos aos objetivos da Entidades. **CAPÍTULO VI - DOS COORDENADORES E DOS GRUPOS TEMÁTICOS** Art. 23º - O Conselho Diretor poderá nomear Coordenadores para coordenar a realização de atividades e eventos desenvolvidos pelo Instituto; §1º - Os Coordenadores responderão ao Presidente informando-o sobre o andamento das atividades que estiverem sob sua responsabilidade e dirigindo a eles as solicitações e autorizações que considerarem necessárias; §2º - Os Coordenadores poderão receber remuneração pela atividade, a ser definida pelo Conselho Diretor; Art. 24º - O sócio poderá propor a criação de Grupo Temático com a responsabilidade de planejar, implementar e avaliar as atividades relativas a um tema específico, que guarde relação com os valores e os objetivos do Instituto; §1º - Os Grupos Temáticos serão responsáveis pelos seminários, cursos, grupos de estudos, estudos e pesquisas, publicações, assessorias, presença na mídia e nas redes sociais; §2º - O Grupo Temático poderá ser integrado por quem não seja sócio mas sua criação e coordenação é de responsabilidade exclusiva dos sócios; §3º - O pedido de criação do Grupo Temático será dirigido ao Presidente e avaliado pelo Conselho Diretor, contendo, pelo menos: I - O nome do(s) sócio(s) solicitante; II - O tema a ser trabalhado; III - O nome e as informações pessoais e profissionais dos integrantes que não sejam sócios, de modo a demonstrar a afinidade e autoridade com o tem a ser trabalhado no Grupo; IV - Atividades a serem desenvolvidas e os objetivos que se pretende alcançar; V - Demais informações que o requisitante considerar necessárias; §4º - O Conselho Diretor poderá solicitar mais informações que julgar necessárias antes de decidir o pedido; **CAPÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO, DAS RECEITAS E DO ORÇAMENTO** Art. 25º - O patrimônio do Instituto será constituído: I - Pelos bens móveis e imóveis e pelos direitos que venham a ser adquiridos; II - Por contribuições periódicas dos sócios efetivos, colaboradores, apoiadores e beneméritos; III - por doações, legados, auxílios e subvenções recebidos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais, internacionais ou estrangeiras; IV - Pelas receitas provenientes das atividades que desenvolver; V - Pelas receitas provenientes de acordos, convênios e contratos; Art. 26º - No final de cada exercício financeiro, que coincidirá com o ano civil, proceder-se-á ao inventário e balanço geral do Instituto; Art. 27º - Os bens e direitos do Instituto somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos neste Estatuto, no custeio de suas despesas técnicas e administrativas, assim como na preservação e ampliação do seu patrimônio, vedada qualquer outra destinação; **CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** Art. 28º - Os sócios, os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, não respondem, mesmo que subsidiariamente, pelas obrigações do Instituto; Art. 29º - Para alterar este Estatuto será necessário que a reforma: I - Seja aprovada pela maioria absoluta dos sócios em Assembleia Geral; II - Não

exclua nenhuma das finalidades do Instituto definidas no art. 3º; Art. 30º - A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexecutáveis a juízo da maioria dos associados; Parágrafo único - Em caso de dissolução ou extinção o patrimônio do Instituto será revertido para outra entidade de natureza e finalidade semelhantes, a critério da Assembleia Geral e mediante decisão tomada por maioria absoluta de seus membros; Art. 31º - As dúvidas e omissões do presente Estatuto serão resolvidas pelo Conselho Diretor, dentro do espírito das normas nele contida e dos preceitos da Lei aplicável; Art. 32º - Este Estatuto entra em vigor na data do seu registro em cartório civil de pessoas jurídicas. Continuando a pauta conforme edital de convocação, no item 3 - **Eleição dos membros da Diretoria Executiva:** Foram eleitos por unanimidade para um mandato de quatro anos, sem proibição de serem reconduzidos aos cargos, para o Conselho Diretor conforme art. 12º do Estatuto. **Presidente:** Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira, CPF 001.980.413-06, RG. 2.503.008 SSP-PI, brasileiro, casado, consultor, residente na Rua República Dominicana, 912, Bairro Três Andares, CEP 64016-460, Teresina-PI. **Vice-Presidente:** Livia de Oliveira Saraiva, CPF 031.215.633-27, RG 100076425-6 - MEX, empresária, solteira, residente na Rua Dr. José Ribeiro de Carvalho, 2585, Bairro Morada Nova, CEP 64.023-643. **Secretário:** Floro Mauel Almeida Probo, CPF 001.347.043-47, RG 2.300.790 SSP-PI, solteiro, empresário, residente na Rua Adão Medeiros Soares, nº 475, Condomínio Jardins Residence Club 2, Bloco 2, Apartamento 408, Bairro Novo Horizonte, Teresina-PI, **Tesoureiro:** Landerson Moura Fernandes Carvalho, CPF 048.158.553-23, RG 2.502.863 SSP-PI, casado, administrador, Residente na Rua Maria Socorro Macedo, nº 6840, ap 503, Bairro Ladeira do Uruguai, Teresina-PI. 4 - **Eleição dos membros do Conselho Fiscal:** em conformidade com o art. 19º do Estatuto, foram eleitos, por unanimidade, para um mandato de quatro anos: Joselé Elias Martins, CPF 504.362.013-72, RG 1.154.581 SSP-PI, solteiro, servidor público, residente na Rua Nilo Correia Lima nº 701, Bairro Acarape, CEP 64.003-810, Teresina-PI, Lais de Sousa Romero, CPF 016.981.133-66, RG 2.279.616 SSP-PI residente na Rua José Joaquim Santana, 22, quadra C, Bairro Campestre, CEP 64.053-530, Teresina-PI e Gildário Dias Lima, CPF 010.883.843-90, RG 2.151.951 SSP-PI, residente na Rua Particular, 185, Bairro São Judas Tadeu, CEP 64.206-290, Parnaíba-PI. O Coordenador declarou então empossados os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Em seguida, resolveram os presentes, por unanimidade, nomear como Conselheiras, nos termos do art. 5º, §5º, as sócias fundadoras Daniela Roberta Duarte da Cunha, CPF 553.764.603-04, RG 997.292 SSP/PI e Larissa Mendes Martins Maia, CPF 429.219.963-91, RG 1.561.521 SSP/PI. Compareceram à Assembleia Geral as pessoas a seguir: Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira, CPF 001.980.413-06, RG 2.503.008 SSP-PI, Livia de Oliveira Saraiva, CPF 031.215.633-27, RG 100076425-6 MEX-CE, Joselé Elias Martins, CPF 504.362.013-72, RG 1.154.581 SSP-PI, Floro Mauel Almeida Probo, CPF 001.347.043-47, RG 2.300.790 SSP-PI, Landerson Moura Fernandes Carvalho, CPF 048.158.553-23, RG 2.502.863 SSP-PI, Lais de Sousa Romero, CPF 016.981.133-66, RG 2.279.616 SSP-PI, Daniela Roberta Duarte da Cunha, CPF 553.764.603-04, RG 997.292 SSP/PI, Larissa Mendes Martins Maia, CPF 429.219.963-91, RG 1.561.521 SSP/PI e Gildário Dias Lima, CPF 010.883.843-90, RG 2.151.951 SSP-PI. Após a conclusão dos trabalhos o coordenador declarou encerrada a Assembleia Geral e sem nenhuma objeção determinou que fosse lavrada

a presente ata que vai assinada por todos os presentes que passam a compor, a partir desta data, o quadro de sócios efetivos do Instituto The Hub. Teresina, dezanove de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

Pedro Angelo Veras e Silva Ferreira

Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira, CPF 001.980.413-06, RG 2.503.008 SSP-PI

Livia de Oliveira Saraiva

Livia de Oliveira Saraiva, CPF 031.215.633-27, RG 100076425-6 MEX-CE

Floro Mauel Almeida Probo

Floro Mauel Almeida Probo, CPF 001.347.043-47, RG 2.300.790 SSP-PI

Landerson Moura Fernandes Carvalho

Landerson Moura Fernandes Carvalho, CPF 048.158.553-23, RG 2.502.863 SSP-PI

Lais de Sousa Romero

Lais de Sousa Romero, CPF 016.981.133-66, RG 2.279.616 SSP-PI

Larissa Mendes Martins Maia

Larissa Mendes Martins Maia, CPF 429.219.963-91, RG 1.561.521 SSP/PI

Daniela Roberta Duarte da Cunha

Daniela Roberta Duarte da Cunha, CPF 553.764.603-04, RG 997.292 SSP/PI

Joselê Elias Martins

Joselê Elias Martins, CPF 504.362.013-72, RG 1.154.581 SSP-PI

Gildário Dias Lima

Gildário Dias Lima, CPF 010.883.843-90, RG 2.151.951 SSP-PI

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE PEDRO ANGELO VERAS E SILVA FERREIRA, LIVIA DE OLIVEIRA SARAIVA, EM TEST. DA VERDADE. DOU FE. TERESINA/PI, 09/03/2021 - 16:38:05. SELO ABX81859 - 31GO. ABX81860 - 11BY CONSULTAR EM www.tjpi.jus.br/portalexta

Oziana Silva Sousa - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 8,32 TJ: R\$ 1,06 MP: R\$ 0,10 Selo: R\$ 0,52 Total: R\$ 9,99

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE FLORO MAUEL ALMEIDA PROBO. EM TEST. DA VERDADE. DOU FE. TERESINA/PI, 13/04/2021 15:47:51. SELO ABZ77581 - A959 CONSULTAR EM www.tjpi.jus.br/portalexta

Iara Lucas Mendes Leal
Iara Lucas Mendes Leal - Escrevente autorizado
Emol: R\$ 4,16 TJ: R\$ 0,83 MP: R\$ 0,10 Selo: R\$ 0,26 Total: R\$ 5,35

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LANDERSON MOURA FERNANDES CARVALHO. EM TEST. DA VERDADE. DOU FE. TERESINA/PI, 22/04/2021 15:13:19. SELO ABZ84193 - AVX CONSULTAR EM www.tjpi.jus.br/portalexta

Edilson Graciano
Edilson Graciano de Almeida Junior - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 4,16 TJ: R\$ 0,83 MP: R\$ 0,10 Selo: R\$ 0,26 Total: R\$ 5,35

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CAPTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PI

NOME
PEDRO ANGELO VERAS E SILVA FERREIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
2503008 SSP PI

CPF
001.980.413-06

DATA NASCIMENTO
15/10/1986

FILIAÇÃO
FRANCISCO ESPEDITO SOUSA FERREIRA
ANA LUCIA VERAS E SILVA FERREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03602010352

VALIDADE
06/07/2023

1ª HABILITAÇÃO
01/06/2005

OBSERVAÇÕES

Pedro Angelo Veras e Silva Ferreira
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA, PI

DATA EMISSÃO
09/07/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

14462259310
PI320634840

PIAUI

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1650378539

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 37967622022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **PEDRO ANGELO VERAS E SILVA FERREIRA**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **FRANCISCO ESPEDITO SOUSA FERREIRA** e **ANA LUCIA VERAS E SILVA FERREIRA**, nascido(a) aos 15/10/1986, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 2503008 SSP/PI, CPF 001.980.413-06.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:14 de 08/04/2022



37967622022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
LIVIA DE OLIVEIRA SARAIVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSORA
1000764256 SSP PI

CPF
031.215.633-27

DATA NASCIMENTO
07/06/1990

FILIAÇÃO
RAIMUNDO FELIX
SARAIVA FILHO
VANDERINA MARIA
ALENCAR DE OLIVEIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO
05591371606

VALIDADE
10/01/2022

Nº HABILITAÇÃO
13/09/2012

OBSERVAÇÕES

Livia de Oliveira Saraiva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA, PI

DATA DE EMISSÃO
01/03/2018

12626211064
PI320391817

ASSINATURA DO EMISSOR

PIAUI

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1556815572

PROIBIDO PLASTIFICAR
1556815572



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 37964842022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LIVIA DE OLIVEIRA SARAIVA**, nacionalidade **BRASILEIRA**, filho(a) de **RAIMUNDO FELIX SARAIVA FILHO** e **VANDERINA MARIA ALENCAR DE OLIVEIRA SARAIVA**, nascido(a) aos 07/06/1990, natural de **BELEM/PA**, documento de identificação 1000764256 MEX/CE, CPF 031.215.633-27.


Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.


Brasília-DF, 11:10 de 08/04/2022



37964842022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



PI

NOME
LANDERSON MOURA FERNANDES CARVALHO

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
2502863 SSP PI

CPF
048.158.553-23

DATA NASCIMENTO
03/09/1990

FILIAÇÃO
FRANCISCO DAS CHAGAS MARTIN
S DE CARVALHO
LAURIANA MARIA MOURA FERNAN
DES

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04651157752

VALIDADE
29/11/2023

1ª HABILITAÇÃO
23/05/2009

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1748881081

1748881081

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA, PI

DATA EMISSÃO
30/11/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

80882438165
PI320699794

PIAUÍ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 37961052022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LANDERSON MOURA FERNANDES CARVALHO**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS DE CARVALHO** e **LAURIANA MARIA MOURA FERNANDES**, nascido(a) aos 03/09/1990, natural de **TERESINA/PI**, documento de identificação 2502862 SSP/PI, CPF 048.158.553-23.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:05 de 08/04/2022



37961052022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME

FLORO MAUEL ALMEIDA PROBO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
2300790 SSP PI

CPF
001.347.043-47

DATA NASCIMENTO
13/02/1987

FILIAÇÃO
FLORO BARTOLOMEU
PROBO DE OLIVEIRA
ANA BELISA DE ALMEIDA

PERMISSÃO

ACC

CAT. RMB
AB

Nº REGISTRO
06430648699

VALIDADE
30/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
07/08/2015

OBSERVAÇÕES
EAR

Floro Mauel Almeida Probo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA, PI

DATA DE EMISSÃO
11/02/2020

58488431500
PI320910953

ASSINATURA DO EMISSOR

PIAUI

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2005125770

PROIBIDO PLASTIFICAR

2005125770



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 37963452022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **FLORO MAUEL ALMEIDA PROBO**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de FLORO BARTOLOMEU PROBO DE OLIVEIRA e ANA BLESSA DE ALMEIDA, nascido(a) aos 13/02/1987, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 2300790 SSP/PI, CPF 001.347.043-47.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:08 de 08/04/2022



37963452022

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P I

NOME
JOSELE ELIAS MARTINS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF
1154581 SSP PI

CPF
504.362.013-72

DATA NASCIMENTO
03/01/1973

FILIAÇÃO
JOSE RIBAMAR BARRETO MARTINS
HELE ELIAS MARTINS

PERMISSÃO


ACC


CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
02465384507

VALIDADE
04/06/2024

1ª HABILITAÇÃO
30/11/1994

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1197442611



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
2.279.616


DATA DE
 EXPIRAÇÃO
09/05/17

FILIAÇÃO
LAÍS DE SOUSA ROMERO

NOME
TÂNIA MARIA DE SOUSA ROMERO
PAULO ROMERO LIMA

NATURALIDADE
TERESINA-PI

DOC. IDENTIDADE
CERT. CASAM. 29243 L 890 F 134
EXP TERESINA-PI 10/05/14
016.981.133-66
1112693

ASSINATURA DO TITULAR


15/10/1986

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



LAÍS DE SOUSA ROMERO
1112693

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PI

1746016315

NOME
GILDARIO DIAS LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF
2151951 SSP PI

CPF
010.883.843-90

DATA NASCIMENTO
07/12/1983

FILIAÇÃO
ADELMO BEZERRA LIMA
ISABEL MARIA DIAS LIMA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06912553705

VALIDADE
03/07/2022

1ª HABILITAÇÃO
06/09/2017

PROIBIDO PLASTIFICAR

1746016315

OBSERVAÇÕES

Gildario Dias Lima
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PARNAÍBA, PI

DATA DE EMISSÃO
18/10/2018

[Signature]
 ARAGÃO MARTINS DO REGO LOBÃO
 DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI
 ASSINATURA DO EMISSOR

81506255410
PI320676630

PIAUI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 30495302022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JOSELE ELIAS MARTINS**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **JOSE RIBAMAR BARRETO MARTINS** e **HELE ELIAS MARTINS**, nascido(a) aos 03/01/1973, natural de **CHAPADINHA/MA**, documento de identificação 1115581 SSP/PI, CPF 504.362.013-72.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:30 de 21/03/2022



30495302022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 30486552022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LAIS DE SOUSA ROMERO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de PAULO ROMERO LIMA e TANIA MARIA DE SOUSA ROMERO, nascido(a) aos 15/10/1986, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 2.279.616 SSP/PI, CPF 016.981.133-66.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:12 de 21/03/2022



30486552022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 30494242022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GILDARIO DIAS LIMA**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **ADELMO BEZERRA LIMA** e **ISABEL MARIA DIAS LIMA**, nascido(a) aos 07/12/1983, natural de **CAMPO MAIOR/PI**, documento de identificação 2.151.951 SSP/PI, CPF 010.883.843-90.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:27 de 21/03/2022



30494242022